

conta com 74 mil emendas

04 OUT 1991

O total de mais de 74 mil modificações propostas pelo Congresso ao projeto de Orçamento Geral da União (OGU), elaborado pelo governo para vigorar em 1992, correspondem à "alta taxa de ilusão" dos cerca de 320 novos parlamentares eleitos no ano passado, quando houve uma renovação de 63% das cadeiras do Legislativo. "Eles querem mostrar serviço", avalia o deputado José Serra, líder do PSDB na Câmara.

O número de emendas apresentado é de 127 em média, por parlamentar, ou quase seis vezes mais do que no ano passado. Eles propõem incluir no Orçamento a execução dos mais diversos tipos de obras em seus Estados, com os olhos postos nas eleições municipais do ano que vem. "Esse número não assusta porque não há dinheiro", afirma o deputado para acrescentar: "O Estado quebrou e, se não houver recuperação econômica, o Orçamento será uma peça de ficção". Serra lembrou que, em 1992, o Tesouro

terá US\$ 9,7 bilhões para investir dos US\$ 197 bilhões que espera arrecadar — ou apenas 25% do que dispunha na década de 70. O restante do dinheiro será empregado no pagamento de pessoal, transferências a Estados e municípios e amortização da dívida interna e externa.

Já para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a "ilusão" continuará não atingindo parlamentares das regiões Norte/Nordeste/Centro-Oeste que dominam a Comissão Mista de Orçamento ao contarem com 64% das suas 120 vagas — e a maioria deles é comandada pelo deputado João Alves (PFL-BA), escolhido como relator do orçamento pela segunda vez depois da nova Constituição que deu ao Congresso o poder de criar despesas. "O critério deveria ser de maior responsabilidade dos parlamentares quando destinam as verbas para os municípios", afirma Suplicy, que apresentou 43 mudanças no orçamento.